

Ano XX nº 5744 – 31 janeiro de 2018

Santander é alvo de protestos em todo o país

O banco Santander é alvo, mais uma vez, de protestos realizados hoje por bancários em todo o país após ter implementado medidas que prejudicam os trabalhadores, sem sequer consultar os funcionários ou seus representantes sindicais.

Os trabalhadores também sofrem com os aumentos abusivos do plano de saúde, que tem causado dificuldades para muitos deles bancarem os custos. Outro problema constante no banco é o grande número de demissões.

“O banco impõem mudanças sem nenhuma negociação com a categoria, desrespeitando até o que está acordado em nossa convenção coletiva e no nosso aditivo, que tem vigência até 31 de agosto de 2018”, disse o Diretor do Sindbancários Petrópolis e funcionário do Santander, Augusto Quintela.

Os diretores do sindicato estarão nas agências do Santander da cidade, distribuindo material específico para os trabalhadores do banco.

Governo ataca plano de saúde das estatais

O governo Temer joga ainda mais pesado contra os trabalhadores das estatais. O alvo agora são os planos de saúde. Uma resolução da Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) muda as regras em 147 empresas públicas, inclusive o custeio com o convênio médico, que cairá dos atuais 75% para 50%. Ou seja, os usuários que hoje ficam com 25% terão de desembolsar 50%. A medida tem impacto direto na renda do trabalhador e, muitos, sem condições, poderão ter de abrir mão do benefício.

O prazo para que ocorra a migração para um sistema de paridade é de 48 meses. A resolução cria ainda quatro modalidades de planos: autogestão por operadora própria, a exemplo da Cassi, do Banco do Brasil, os que são geridos pela área de recursos humanos, os que optam por uma operadora de mercado e os que trabalham com o ressarcimento das despesas.

Tem mais, as novas regras reduzem o limite de idade para que filhos e enteados sejam dependentes e restringe a lista aos cônjuges, filhos e enteados, excluindo os pais. A medida também impõe ressalvas na negociação entre as entidades representativas dos trabalhadores e a direção de cada estatal, impedindo que sejam debatidos detalhadamente nos benefícios do plano de saúde, abrindo margem para que as normas sejam alteradas a qualquer momento.

Em menos de dois anos, o governo Temer fez um verdadeiro estrago nas estatais e dados do Ministério do Planejamento comprovam. O número de empresas públicas caiu de 154 para 147. O quadro de pessoal também foi cortado, a maioria por programas de demissão voluntária. Outros direitos foram tirados, como a incorporação de função.

Tudo isso ameaça a sustentabilidade das empresas, abrindo um grande espaço para privatizá-las, como quer o mercado.

Temer usa dinheiro público para acabar com a aposentadoria

Não é novidade que a meta do governo é atacar a aposentadoria do trabalhador brasileiro. Como ainda não tem os 308 votos necessários, Michel Temer terá como agenda prioritária alcançar o quórum mínimo para aprovar a reforma da Previdência.

A promessa foi feita ao mercado, durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos. Para isso, vai abrir os cofres públicos. O governo anunciou que possui R\$ 30 bilhões para comprar os votos dos parlamentares.

A intenção é aprovar a proposta ainda em fevereiro. Caso não consiga agora, a equipe econômica já estuda colocar em votação em novembro, quando o processo eleitoral já tiver acabado e os deputados puderem votar sem medo.

